COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RECURSO Nº 94, DE 1996

Recorre da decisão da Presidência em Questão de Ordem, a propósito da inconformidade do recorrente quanto ao título da emenda aglutinativa ofertada à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1995, sob o argumento que a denominação adequada seria emenda modificativa.

Autor: Deputado ALEXANDRE CARDOSO

Relator: Deputado MURILO DOMINGOS

I - RELATÓRIO

Na sessão de 21 de março de 1996, o nobre Deputado Alexandre Cardoso, com base nos arts. 95 e 118 do Regimento Interno, formulou à Presidência questão de ordem relativa a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1995, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências".

Argumentava o ilustre Deputado que a emenda oferecida não poderia ser considerada como aglutinativa e, sim, modificativa, de vez que fora introduzida no § 1º, inciso I, do art. 1º da emenda a expressão "acidente em

serviço". O emprego de tal expressão a caracterizava como modificativa, já que, segundo S.Exa, "nenhuma emenda, nem a PEC encaminhada pelo Governo usaram essa expressão".

A Presidência, ao responder a questão de ordem formulada, informou ao Deputado Alexandre Cardoso que a questão já havia sido resolvida na sessão anterior, ficando assentado que se tratava de emenda aglutinativa.

Inconformado, S. Exa recorreu da decisão, reafirmando que a expressão "acidente em serviço" não decorria da aglutinação de textos.

A Presidência, ao encaminhar o recurso a esta Comissão, esclarece que, quando de sua decisão às respostas de questões de ordem formuladas pelos Deputados Nilson Gibson e Prisco Viana, ficou claro ao Plenário que se tratava de emenda aglutinativa, oriunda, conforme determina o § 3º do art. 118 do Regimento, da fusão de outras emendas ou de emendas com texto por transação tendente a aproximar os respectivos conteúdos. Induvidoso, também, que a aglutinação não consistia tão-somente em mera justaposição ou montagem de texto, mas ainda da aproximação de intenções dos autores das matérias aglutinadas.

Cabe a esta Comissão, nos termos do § 8º do art. 95 do Regimento Interno, pronunciar-se sobre o acolhimento ou não do presente Recurso em questão de ordem.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Muito embora a matéria objeto da discussão já tenha sido apreciada pelo Plenário desta Casa e a questão tenha sido submetida ao crivo do Supremo Tribunal Federal, através do Mandado de Segurança nº 22.503-3A60, restando confirmado, nessas oportunidades, que se tratava de emenda aglutinativa, parece-nos oportuno e imprescindível que esta Comissão também se pronuncie sobre o tema.

Oportuno, por que o recurso não tem efeito suspensivo e imprescindível, tenho em vista a competência indeclinável desta Comissão em exercer os controles de constitucionalidade preventivo e de regimentalidade do processo legislativo.

Assim, ao examinarmos o dispositivo constitucional apontado pelo Recorrente, no qual teria sido acrescentada a expressão "acidente em serviço", constatamos tratar-se do atual inciso I do art. 40. Confrontando-se o texto da emenda e o texto em vigor, verifica-se que a única alteração redacional consistiu na substituição da expressão "proventos integrais" por "em termos integrais", ou seja, a expressão "acidente em serviço" já se encontra expressa no texto magno.

Por outro lado, verificamos ser incorreta a afirmação do Recorrente no que concerne ao não oferecimento de emendas com o emprego da aludida expressão. As emendas de n.ºs. 12, do Deputado Régis de Oliveira, 27, do Deputado José Pinoti e 41, da Deputada Jandira Feghali, fazem referência expressa a "acidente em serviço".

Portanto, inteira razão assistiu a Presidência da Casa em indeferir a questão de ordem. Até por que, como se demonstrou, o ponto em que o ilustre Recorrente centrou sua argumentação para objetar contra a denominação da emenda, não foi sequer objeto de emendamento.

Ante o exposto, manifesto meu voto pelo não acolhimento do Recurso n.º 94, de 1996.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado MURILO DOMINGOS
Relator